

PARECER SOBRE O TOMBAMENTO DO CONJUNTO DAS IGREJAS FRANCISCANAS IGREJA DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO (ORDEM PRIMEIRA) E IGREJA DAS CHAGAS DO SERÁFICO PAI SÃO FRANCISCO, DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO, LOCALIZADAS NO LARGO SÃO FRANCISCO, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, COM SEUS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS

Contou-me um amigo sobre a visita do arquiteto português Álvaro Siza à Catedral de Toledo, na Espanha, acompanhado por um colega daquele país. A cada detalhe que lhe mostrava o acompanhante, Álvaro respondia com um “espantoso!”. Lá pelas tantas, já meio incomodado com a exclamação do visitante, o espanhol reagiu com veemência: *“no es ninguna Florencia, pero no esta mal!”*. Esta anedota, que brinca com o significado do adjetivo “espantoso” em português (magnífico, inimaginável) em comparação com o espanhol (tenebroso, terrível), talvez se aplique ao caso objeto de nossa relatoria, neste momento.

No sentido espanhol, é espantoso que a solicitação de tombamento de uma preciosidade como as igrejas do largo de São Francisco em São Paulo tenha demorado mais de sessenta anos para finalmente chegar a este Conselho. No sentido português, as igrejas franciscanas são, de fato, um espanto, no sentido ainda mais profundo da palavra, aquele que nos fala à alma e nos revela uma maravilha inusitada, como uma porta que nos conecta a uma outra dimensão da existência.

Não estão ali presentes apenas aspectos estéticos dignos das belas-artes, termo francês que designa os expoentes, as excepcionalidades da produção cultural de uma determinada civilização, mas em suas paredes, o conjunto das duas igrejas nos revela muito da história de nosso país, da sua formação, das suas questões sociais, de histórias contadas e daquelas não contadas.

Do tempo de reconhecimento do bem cultural

Em seu minucioso parecer técnico, a arquiteta Juliana Mendes Prata nos oferece um histórico da tramitação do tombamento no Iphan que pode ser resumido da seguinte maneira:

1958: Visitas iniciais do Iphan ao conjunto com vistas a instruir seu tombamento;

1959: Edgar Jacyntho, no Iphan, recomenda o tombamento do conjunto;

1962: Início da tramitação do processo através de um ofício de Rodrigo Mello Franco de Andrade ao então superintendente do Iphan em São Paulo, Luís Saia;

1962-1999: Tempo em que nada ocorreu;

1999: Início do esforço do IPHAN para retomada de bens com processo de tombamento interrompidos;

1999-2006: Novo tempo de espera

2006: Memorando interno que sugere a consulta à Superintendência Regional para continuidade do Processo;

2006-2012: Novo tempo de espera;

2012: DEPAM encaminha o processo para instrução e conclusão;

2015: o historiador Carlos Gutierrez Cerqueira elabora parecer técnico que conclui favoravelmente ao tombamento da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo, bem como recomenda a extensão do tombamento à Igreja de São Francisco (a conventual) e o acautelamento dos acervos artísticos e documental das igrejas.

2018: Parecer técnico da arq. Juliana que conclui pelo tombamento;

2020: Parecer técnico de Marcus Vinicius Benedeti que recomenda o tombamento dos bens móveis e integrados.

Como se vê, o processo teve de contar com uma paciência franciscana para se concluir, tempo curto se o considerarmos a partir do tempo de vida do santo no século XIII, mas enorme, se o comparamos a história da Ordem de São Francisco em nosso país. Não se pode reclamar, portanto, do critério “distância histórica” para reconhecimento do valor do bem, embora, neste caso, nunca tenha havido realmente uma distância dos bens em relação à história: desde o século XVII até os nossos dias, os templos nunca se distanciaram do cotidiano da cidade e de todas as transformações e momentos que ela viveu. Isso conta favoravelmente ao seu registro como patrimônio do país, pois as igrejas exerceram aquilo que se espera de um suporte da memória e identidade: a criação de uma linha contínua que perpassa gerações e com elas dialoga a cada tempo.

Do tempo franciscano

Embora não seja católico, este parecerista se confessa. Professa sua admiração incondicional por São Francisco de Assis, talvez aquele santo que mais tenha se aproximado do Cristo histórico com seus ideais de pobreza, de solidariedade, de compaixão e de religiosidade, no sentido mesmo do *re-ligare*. A recriação do encontro do santo com o Papa no espaço museológico da Igreja das Chagas, embora alegórica, sem pretensões estéticas e meramente ilustrativa, revela a suntuosidade papal em contraste com a humildade e nos revela um pouco dos descaminhos de nosso mundo, tão injusto, e de nosso país, “tão pobrinho”, como a ele se referiu o poeta Vinícius de Moraes.

Frei Mário, guardião da Igreja do Convento Franciscano da Ordem Primeira de São Francisco, nos fala sobre a diferença das ordens quando recebem um visitante: os jesuítas o levam primeiro à biblioteca, os beneditinos ao templo e os franciscanos à cozinha. A par do excelente pão que Frei Mário nos ofereceu, devo dizer a ele que sua igreja nada deve às beneditinas. Mas são assim os franciscanos, modestos e solidários.

Parece, no entanto, que o tempo histórico brasileiro não foi muito solidário com os franciscanos especialmente depois do Marquês de Pombal e até o advento da república brasileira. Eles chegaram ao Brasil logo que puderam, já em 1585, porque, para eles, o Novo Mundo precisava urgentemente do Velho. Segundo os pareceres técnicos, sua chegada em São Paulo data de 1639, instalando-se em terreno ao lado da Igreja de Santo Antônio, no atual Largo do Patriarca. Em 1642, por doação da Câmara, os franciscanos receberam o terreno onde então seria construído o Convento e a Igreja de São Francisco. A inauguração do convento aconteceu em 17 de setembro de 1647. Como soe ocorrer na história brasileira, a Igreja passou por uma série de transformações: em 1744, ampliou duas capelas (São Benedito e da Piedade); em 1770, a nave foi alteada em 12 palmos, fecharam-se as capelas e ela ganhou feições barrocas; em 1787 construiu-se o galilé; em 1880, o altar-mor de procedência alemã substituiu o anterior, incendiado. Em 1827, o Convento foi ocupado pela Academia de Direito de São Paulo, e demolido em 1933 para a construção do novo e monumental projeto de Ramos de Azevedo.

A construção da Igreja da Ordem Terceira se dá em 1676. Entre 1783 e 1788, constrói-se a atual Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco.

Hoje, as duas igrejas e o prédio da Escola de Direito, compõem uma das mais completas traduções de São Paulo, por sua presença, beleza e situação diferenciada de irmandade e vizinhança, fazendo até com que elas merecessem estar na lista do Caetano, na canção “Sampa”.

O Marquês proibiu a recepção de novos frades na Ordem dos Frades Menores. O Imperador confiscou o convento. A República não devolveu muito aos franciscanos. Todos deixando-os, por assim dizer, com as sandálias nas mãos. Mas como a fé não costuma faltar, a persistência da Ordem continuou transmitindo seu legado. História que continua, presença que permanece.

Do tempo da matéria

A Igreja do Convento foi construída em taipa-de-pilão, nave única retangular, entre 1642 e 1647. Dois altares colaterais modulam e suavizam o espaço geométrico, preparando o esplendor do altar-mor que, após ser destruído por incêndio em meados do século XIX, é reerguido, por procedência alemã. Para melhor se amorfosar, nos idos de 1760, a nave ganha os já referidos 12 palmos de altura e feições barrocas. Vinte e sete anos mais tarde, há nova reforma do frontispício e a construção do galilé, transição necessária entre o espaço profano e o da fé, varanda que recebe, acolhe e prepara todos os que chegam. O nártex completa a preparação e propõe a nave da Igreja ladeada por uma presença de tribunas a modo de janelas e ornamentação que nos lembram um espaço urbano, como se a cidade acolhesse os fiéis e os fiéis se tornassem a alma da cidade. O forro arqueado nos leva até o céu, como é comum nos templos barrocos, através de imagens que flutuam sobre a cidade dos homens. Cada detalhe, cada parte compõe a sinfonia do todo que liga nosso espaço de vida cotidiana ao tempo divino: estamos em algum lugar entre o céu e a terra. Nas laterais e no fundo do templo, os franciscanos têm consciência que, aquém do céu, está a “agonia da barca dos homens” e aí reservam espaços para as obras sociais, a cozinha onde se faz o pão e o novo alojamento.

Se o anjo serafim fez das chagas do Cristo os estigmas do santo, o templo seráfico deveria honrar o ato sublime. E assim se fez, em forma de cruz latina, com luz descendo do céu e com o brilho necessário em seus ornamentos. Da primitiva capela erigida por volta de 1676, desde sempre remodelada em busca de melhor honrar a memória do ato seráfico, o frade franciscano, dublê de arquiteto, Frei Galvão, sonhou alto e lhe conferiu as feições atuais, no ano de 1787. Sem demolir a capela, apenas acrescentando nave e presbitério, deu-se o milagre da cruz latina com transepto ortogonal e zimbório com duas partes em claraboia e seis em pintura, céu divino misturado com céu terreno.

Enquanto o forro da capela mor nos faz levitar, o forro da nave em arco abatido apenas ostenta um medalhão, em sobriedade respeitosa ao altar mor e reservando o foco de atenção à sequência de altares laterais que celebram Santo Antonio de Catageró, a Divina Justiça, Santo Ivo, Santa Isabel, Santo Antonio de Pádua, todos perfilados a nos proteger e conduzir ao altar. O conjunto ainda abriga, além da sacristia, diversas salas onde se dão serviços administrativos, e também, principalmente, um espaço museológico que reúne bens móveis de grande qualidade e interesse e livros e objetos que buscam dar uma ampla e variada informação aos visitantes, sintonizando-o com o clima da igreja e da Ordem. Os franciscanos, como de hábito, querem bem receber.

Do tempo do fazer

A riqueza das igrejas está no todo, mas também nos seus pormenores, detalhes que a mão humana executou com carinho e fé, celebrando a religiosidade que dá um sentido na vida aos corações que moveram as mãos. A qualidade desses bens móveis e integrados é reveladora dessa devoção, em que, se tratando de Deus, deve ser a melhor que se possa oferecer.

A Igreja de São Francisco (Ordem Primeira) exhibe, em seu espaço, bens integrados em talha, carpintaria, serralheria, azulejaria, cantaria, vitrais, luminárias e pinturas de forro que extasiam o visitante e elevam os fiéis. São eles que qualificam o espaço que os abriga, em uma dança do todo e das partes que movimenta a alma. As telas e a imaginária, por serem tão participantes dessa dança, poderiam até ser considerados como bens integrados, afinal essas classificações são mais um tributo ao espírito científico do que a uma realidade perceptiva. Os retábulos não são estáticos, mas bailam junto com colunas torsas, brilham com os castiçais, enquanto as tribunas criam o cenário urbano da nave. A tarja que exhibe a simbologia franciscana da mistura das chagas de Cristo com os estigmas do santo sempre me parece lembrar os princípios de *contemplação e ação*. O baile é bonito de se ver, mas necessita movimentação. Interessante que embora não contemporâneos entre si, cada um desses bens se incorpora no todo, como se o lugar deles, antes desocupado, estivesse apenas à espera de que eles chegassem.

O templo seráfico revela os bens móveis e integrados de maneira um pouco diversa, mas igualmente rica. Nele os bens ganham uma identidade mais individualizada, o que talvez seja resultado da disposição de sua planta em cruz latina e da maior distinção das capelas. Os retábulos de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco dominam o ambiente, por sua

exuberância e movimento, em diálogo eterno não só entre o santo e a santa, mas com todos nós que não conseguimos parar de admirá-los. O retábulo de São Miguel veio de outra igreja e isso é claro quando o vemos, mas foi necessário para obturar aquela que seria uma lacuna no templo. O retábulo proveniente do mosteiro de São Bento não encontrou lugar no cenário principal, mas resiste no espaço museológico como testemunha do desmonte das igrejas do estado de São Paulo, já detectado por Germain Bazin. Os retábulos laterais da nave são verdadeira procissão de santos a nos guardar e nos conduzir, com qualidade excepcional de talha e ornamentação. O mobiliário e as peças artísticas, pequenas esculturas, pinturas e relicários brilham também em meio à visita que se pode fazer ao espaço museológico, uma vez que imagens que antes saíam em procissão, não mais o podem fazer.

Trata-se, portanto, de um acervo riquíssimo que, em conjunto, nos revela momentos diferentes da evolução da arte barroca ao rococó e uma presença não apenas estrangeira, mas principalmente brasileira, no fazer de cada uma das peças.

Do tempo além da matéria

Indígena que carrega a matéria, negro que a ergue, europeu que custeia e manda fazer, brasileiro que desenha. Assim descreve o prédio o seu guardião, Vice-ministro da Fraternidade, Sr. Edmilson Soares dos Anjos (nome muito a propósito, diga-se), ao revelar suas entranhas, deixadas expostas em alguns de seus cantos. Hoje não mais podemos separar as belas artes do trabalho que as criou e a consciência disso nos faz indagar se os livros de registro patrimonial do Iphan e as narrativas dos bens tombados não tendem a congelar uma imagem de uma bela arte metafísica desvinculada da sua realidade, seja ela relativa à sua própria constituição, seja ela de seus encontros com o tempo histórico.

São Francisco não houvera de gostar de ver sua igreja isolada do mundo ou dos homens, apenas como uma fotografia na parede. A motivação franciscana se funda na *contemplação* e na *ação*. A *contemplação* não pode ser confundida com a visão congelada de uma bela forma, mas deve ser compreendida como impulso a um estado mais sublime de alma, nada estático, mas ativo, movimento que o próprio barroco propõe. De certa maneira, *contemplação* é também saber onde estão as fundações da forma, quem as ergueu, em que condições e como. A estética nos revela não apenas o mundo transcendental, mas também o real, afinal, arte é feita por mãos humanas, não pelo sopro dos deuses.

A matéria, embora nos pareça imóvel e rígida, interage o tempo todo com o lugar e com o tempo. Não existe sem existir. Ela vai se conformando com o tempo e com as demandas da sociedade e dos fiéis e isso vai se incorporando em suas paredes e volutas. O templo seráfico nos revela isso. A Ordem que não permitia a inclusão de negros teve no mulato Paulo Monteiro seu melhor e maior guardião. Sendo ministro da Ordem entre 1934 e 1972, apesar do interdito, trabalhou toda sua vida em prol da Igreja dos brancos. São Francisco deve ter gostado disso, afinal para ele, a distinção por cor de pele seria absurda. Dona Maria Cecília Martins, outra negra, se tornou exemplo da alma franciscana por sua dedicação e compromisso, dando nome ao bazar da Ordem, “ela muito amou e no entardecer da vida examinar-te-ão no amor” (dizeres da placa em sua homenagem). Isso é *ação*, fundamento franciscano que também se revela em seu espaço. Se arquitetura existe para propiciar a vida, é nela que se dá a ação e não é possível, pela natureza dessa arte, desvincular matéria e beleza de uso e fruição, ou seja, *ação* e *contemplação*.

As igrejas, irmãs siamesas, receberam fiéis, os acolheram cada uma a seu jeito, mas também receberam refugiados nos anos de chumbo e gente com todo tipo de fome. A presença da Ordem Primeira, em São Paulo desde 1647, sempre foi de *ação*, como, por exemplo, ao socorrer os pobres com o necessário alimento do corpo, além do espiritual. Na Rua Riachuelo mesmo quando nem rua havia, o lugar já era conhecido como “porta dos pobres”. E depois, nos dias de hoje, na páscoa se oferece o chá do padre, as “noites solidárias” abrigam pessoas em situação de rua nas frias noites paulistanas de inverno, e também emite documentos para pessoas em vulnerabilidade social... Há como desvincular a matéria de seu espírito?

Do tempo da cidade

A arquitetura habita um lugar, não flutua em algum espaço sideral, mas no chão da vida. Dissemos que os edifícios não se desvinculam da existência humana e dialogam com homens e mulheres, para isso são feitos. Acreditamos, assim, que não podemos considerar prédios sem vinculá-los a seu lugar.

O Largo de São Francisco é um dos três vértices da São Paulo original, marco inaugural de uma cidade que nunca dorme e não para de crescer. É uma âncora da memória, referência da identidade paulistana e ponto de atração cidadã. A questão locacional, neste caso, reforça enormemente a importância cultural do bem, mas não pode ser considerada apenas como

marco histórico. Como procuramos mostrar anteriormente, a vida dos prédios se confunde com a da cidade e esse é um aspecto muito importante quando tratamos da função social do patrimônio cultural.

Os descaminhos que a injustiça social vem trazendo ao Brasil fizeram com que, após a pandemia, a afluência aos templos franciscanos caísse sobremaneira. O medo e a insegurança urbana estão afastando deles os fiéis e visitantes, degradando o espaço urbano ao redor. Ou seja, o patrimônio e sua função são afetados pela gestão urbana e pela desigualdade social, exigindo nossa atenção não apenas para os macroproblemas do país, mas também para buscar soluções locais que nos ajudem a resgatar a presença dos bens. Preservar não é apenas evitar que a matéria se deteriore, mas que ela se revele e seja fruível. Ao tombarmos as igrejas, temos de solicitar às autoridades municipais que permitam a sua existência plena, referencial e fruível. Tenho dito que tomba não é apenas registrar, mas *preservar* no sentido lato da palavra, evitar a perda, mas também a tornar presente, significativa e aberta a todos.

Do tempo do reconhecimento

Este parecerista, ao embarcar na missão de reconhecimento desse maravilhoso patrimônio paulistano, não deixou de se imaginar também em missão de agradecimento aos paulistas. Imaginei-me em uma caravana modernista às avessas, lembrando que o reconhecimento da arte mineira se deveu a eles. No início de 1924, portanto há exatos cem anos, Mário de Andrade viajou por Minas Gerais trazendo consigo Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Telles, René Thiollier, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteadó e o poeta de origem suíça em visita ao Brasil, Blaise Cendrars. Essa caravana “descobriu” a riqueza de nossas igrejas, através de expressões como “lastro cultural de uma identidade nacional”, “autêntica arte brasileira”. Tal admiração fez com que as chamadas “cidades históricas” mineiras fossem as primeiras a serem tombadas pelo Iphan em seus anos iniciais. Imaginei que coube a mim, nesse parecer, retribuir a gentileza dos de São Paulo, ainda que em caravana de um só mineiro, dizendo ao Mário e seus companheiros que as igrejas franciscanas de sua cidade nada ficam a dever às suas irmãs mineiras e merecem ser tombadas nos livros nacionais de registro.

Já era mais que tempo, portanto, de se reconhecer como patrimônio nacional, a imensa riqueza que São Paulo guarda para todo o país, mas cabem ainda algumas considerações finais.

Em tempos de diversidade patrimonial, alguém poderia objetar pela eleição de mais igrejas católicas nos nossos tombamentos federais, quando há tantos outros bens na fila de espera e até mesmo de descoberta. A essa possível objeção podemos responder que se trata de um reconhecimento extemporâneo que deveria ter sido realizado há sessenta anos atrás. Mas não apenas isso. O caso das igrejas irmãs tem toda a atualidade possível se as observarmos por outros ângulos de visão, os quais procurei desenvolver neste parecer.

O primeiro deles trata de se superar a visão da arte apenas em sua expressão metafísica ou estética. Essa visão que tem sua origem na alta cultura, de aceção francesa, tem de ser substituída por seu entendimento cultural e histórico maior, incorporando nos pareceres técnicos futuros não apenas a origem distante dos bens ou só até o momento do término de sua fatura. Temos de reconhecer o valor cultural do bem através da história que chega até os nossos dias, do envolvimento do bem com a vida nacional em todos os seus tempos de existência. Para isso existe a arquitetura, para propiciar a vida: ela deve ser incorporada aos valores do prédio. Além disso, temos de juntar também aos nossos relatos, a menção não apenas aos artistas notáveis, mas aqueles anônimos que ergueram suas paredes e à caracterização das condições em que isso ocorreu. E, dentro do entendimento que a história do bem não para no momento de sua fatura, identificar também os personagens que ao acompanharam ao longo de sua existência. Se o Livro das Belas-Artes, onde se deve realizar o registro das duas igrejas, é tradição institucional a ser preservada, ele pode ganhar novos ares com a incorporação dos registros de uma história alargada e inclusiva.

De maneira similar, não se pode desvincular o bem de seu lugar e protegê-lo significa considerá-lo em um contexto maior de preservação. O patrimônio faz parte da vida – e assim acredito que deva ser – e, portanto, está sujeito às forças sociais e econômicas que governam o destino de nosso país. Ao se tombar, devemos pensar em medidas protetivas que muitas vezes extrapolam o próprio órgão que os tomba, mas que devem ser por ele mobilizados para compartilhar a tarefa de garantir sua existência e fruição. As cidades são o lugar mais próximo do bem e uma atuação patrimonial sistêmica e concorrente deve ser mobilizada para a sobrevivência da matéria e seus significados.

Concluo este parecer com uma enfática recomendação para o tombamento das igrejas paulistas do Largo de São Francisco com todos os bens móveis e integrados arrolados nos pareceres técnicos que subsidiaram este documento. Mas também gostaria de concluir celebrando os

ideais franciscanos de *ação* e *contemplação*, os quais, tão a propósito, devem ser inspiração para a tarefa de proteger nossa riqueza e identidades comuns.

Belo Horizonte, 21 de abril de 2024.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flavio de Lemos Carsalade'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the right.

Conselheiro Flavio de Lemos Carsalade
Representante do Icomos Brasil